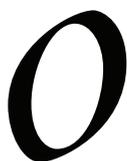


Thatyana de
Souza Marques do
Nascimento



SENTIDO SOCIAL DO ARRANJO e AMBIÊNCIA EM AMANÃ

160

pós-

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os elementos e condições para que um espaço arquitetônico adquira o *status* de lar. Os sujeitos da pesquisa – moradores da comunidade Boa Esperança, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (AM) – me fizeram ampliar a perspectiva arquitetônica. O trabalho de campo foi desenvolvido por meio da estada na morada e pelo uso de entrevistas gravadas. O sentido social do arranjo é possibilitar a interação entre os residentes e não-residentes da casa. Os elementos da ambiência dão suporte ao arranjo pretendido, conferindo a mobilidade e a estabilidade requeridas no contexto socioambiental. Mas o que torna lar uma casa de moradia para aqueles que ali residem é estar inserida no lago Amanã. “Minha casa é aqui dentro” resume o sentimento de pertencimento à região, que é o elemento que possibilita que esse espaço arquitetônico adquira o *status* de lar.

PALAVRAS-CHAVE

Arranjo, ambiência, casa, objetos, pertencimento, Amazônia, Casas (Amazônia).

EL SENTIDO SOCIAL DE LA ORGANIZACIÓN Y AMBIENTACIÓN EN AMANÃ

pós- | 191

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender los elementos y las condiciones para que un espacio arquitectónico adquiera el *status* de hogar. Los sujetos de la investigación – los residentes de la comunidad Boa Esperança, en la Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã (AM) – me hicieron ampliar la perspectiva arquitectónica. El trabajo de campo consistió en permanecer en la vivienda y usar entrevistas grabadas. El sentido social de la organización es permitir la interacción entre residentes y no residentes de la casa. Los elementos de la ambientación soportan la organización pretendida, permitiendo la movilidad y la estabilidad necesarias en el contexto socioambiental. Pero lo que convierte en hogar una casa de vivienda, para aquellos que la habitan, es estar insertada en el lago Amanã. “Mi casa es aquí adentro” resume el sentimiento de pertenencia a la región, que es el elemento que permite que ese espacio arquitectónico adquiera la condición de hogar.

PALABRAS CLAVE

Organización, ambientación, casa, objetos, pertenencia, Amazonia, casas (Amazonia).

THE SOCIAL SENSE OF ARRANGEMENT AND AMBIANCE IN AMANÃ

162

pós-

ABSTRACT

This article studies the elements and conditions that assign an architectural space the status of a home. The research subjects - residents of the Boa Esperança community in the Amanã Sustainable Development Reserve, Amazonas (AM) - broadened my architectural perspective. My field work methods consisted of interviews and observations during my stay in the community. My findings suggest that the social sense of the arrangement of objects facilitates the interaction between residents and non-residents of a single home. The ambience elements support the arrangement and enable the required mobility and stability. However, what makes a house a home for those who live in it is a sense of being part of the Amanã Lake area. "My house is within here" summarizes the feeling of belonging to this region, which is the element that allows an architectural space to acquire the status of a home.

KEY WORDS

Settlement, ambience, house, objects, belonging, Amazonia, houses (Amazon).

APRESENTAÇÃO

Onde por acaso eu me encontro é meu “domicílio”; onde tenho intenção de ficar é a minha “residência”; de onde venho e para onde quero retornar é o meu “lar”. No entanto, lar não é apenas o local – minha casa, meu quarto, meu jardim, minha cidade –, mas tudo o que ele simboliza. O caráter simbólico da noção de “lar” é emocionalmente evocativo e difícil de descrever. Lar significa coisas diferentes para diferentes pessoas. Significa, é claro, [...] coisas familiares para uso diário, costumes, hábitos pessoais – em suma, um estilo peculiar de vida, composto de pequenos elementos importantes e queridos (SHUTZ apud WAGNER, 1979, p. 291).

Esta pesquisa traz um estudo que tem como objetivo compreender os elementos e condições para que um espaço arquitetônico adquira o *status* de lar. Muito mais que um lugar de moradia, a casa, no sentido de lar, pode ser o *locus* para uma grande variedade de interpretações e significados. Para os estudos fenomenológicos, a casa é nosso lugar no mundo, pois é ela que nos permite sonhar em paz, agindo como uma das maiores forças de integração para o pensamento. É o lugar onde as lembranças estão guardadas (BACHELARD, 2008). Para a Psicologia, “a casa é, sobretudo, uma projeção do próprio homem, um reflexo de seu ser. Congrega um conjunto de fatores que a tornam um retrato do morador e da família. A través dela, o homem reproduz seus limites, suas fronteiras com o mundo” (FELIPE, 2010, p. 301). Pode, ainda, ser vista como espaço privado da família, em oposição a outros espaços vivenciados no cotidiano. Mas, essencialmente, a casa (o edifício) é um lugar onde as principais histórias de vida são vivenciadas, em um intrincado jogo de interesses, relações, sentimentos e percepções diferenciadas.

Inicialmente, devido à formação disciplinar em Arquitetura, tinha como foco os objetos que compõem os ambientes da casa. Acreditava que a principal tarefa do arquiteto era conceber o espaço para outras pessoas, ou seja, materializar, por meio da edificação, valores conscientes ou inconscientes de formas de se habitar. Ao idealizar uma casa – o processo mental de construção dos espaços –, devia-se pensar em o quê, onde e como colocar os objetos que iriam compor o espaço, além de pensar como seus usuários se relacionariam não só com o espaço arquitetônico, mas também com os objetos, as posses da casa. Desta forma, o projeto arquitetônico seria o somatório dessa investigação – a estrutura mobiliária ligada à estrutura imobiliária, que dialeticamente também se relacionaria com seu usuário. O uso dos materiais conferiria durabilidade, conforto térmico, estética e outras funções, necessárias para que a edificação seja congruente com o ambiente em que está inserida.

Contudo quero destacar que esta fase de projeto ainda é a concepção de uma ideia, que se inicia mentalmente na imaginação do arquiteto. Por meio de um esboço, de um desenho no papel, ele pode dialogar com aquele que irá usá-

¹ Pesquisa sob orientação do prof. Antônio Carlos Witkoski, Universidade Federal do Amazonas, intitulada "Minha casa é tudo o que tenho: as coisas da casa como expressão das relações sociais em Amanã".

² Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS é uma unidade de conservação de uso direto. Inclui a população de residentes e usuários em seu processo de implantação, com o objetivo de conciliar conservação e desenvolvimento social, conforme a Lei 9.985 (18/07/2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

la. E, por meio deste, discutir se aquilo que está desenhado corresponde ao imaginário e às expectativas do usuário. É o momento da troca, no qual, a cada instante, o arquiteto tenta compreender as reais necessidades e também as subjetividades do morador, que são difíceis de expor verbalmente.

No entanto o projeto só será concebido, materializado, quando iniciar a construção da obra. E, ao término dela, posso dizer que parte da capacidade do arquiteto está ainda em andamento, porque somente com a vivência do usuário é que a tarefa do arquiteto se conclui. A obra só terá significado, se ele tiver conseguido que seu cliente se sinta "em casa", ou seja, se adquirir o *status* de lar. Esta perspectiva baseava-se no conceito de arranjo e ambiência.

De acordo com Jean Baudrillard (2006), a estrutura do arranjo está relacionada com a disposição e combinação dos objetos, de forma a se obter um conjunto funcional, capaz de comunicar valores sociais. Ela revela o aspecto organizacional da cultura que a gerou. Por exemplo, a disposição espacial da mobília de uma casa de moradia deve possibilitar o funcionamento do arranjo. "*Neste espaço privado, cada móvel, cada cômodo por sua vez interioriza sua função e reveste-lhe a dignidade simbólica: completando a casa inteira a integração das relações pessoais no grupo semifechado da família*" (BAUDRILLARD, 2006, p. 22). A estrutura de ambiência é aquela que compreende o meio pelo qual cores, materiais, forma e textura são combinados, no ambiente construído, com a finalidade de possibilitar o arranjo pretendido. Ela revela o estilo de vida de seus usuários.

Este artigo é baseado em alguns anos de pesquisa de doutorado¹ realizada sobre a casa de moradia, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável² Amanã (RDSA, estado do Amazonas). Os sujeitos da pesquisa – residentes da comunidade Boa Esperança - me fizeram ampliar a perspectiva arquitetônica.

O equívoco de enfoque cometido por Zevi e por tantos outros pensadores deriva do fato de pretenderem definir arquitetura apenas a partir dos componentes físico-visuais do objeto arquitetônico, negligenciando aquilo que consideramos mais importante, que é a dimensão antropológica. Na dimensão antropológica residem os aspectos relevantes da manifestação, que são o propósito existencial e suas relações com a forma edificada (SILVA, 1994, p. 92).

Saber ver a arquitetura além de seus elementos físicos e visuais constitui a chave que nos dará a compreensão dos edifícios. E a disciplina de Antropologia pode ser um dos elementos para tal compreensão, devendo permear a própria teoria da Arquitetura e suas aplicações.

METODOLOGIA

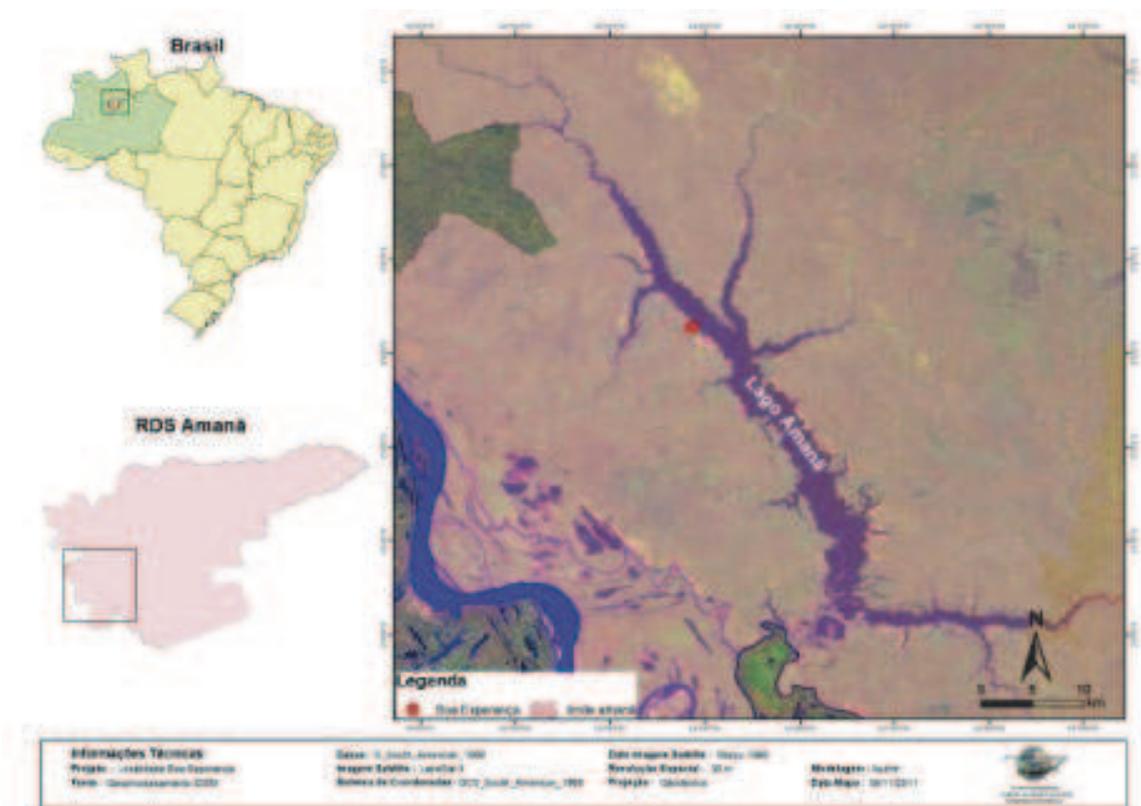
A Reserva Amanã está localizada na região do interflúvio dos rios Negro e Japurá. Conectada às áreas da RDS Mamirauá e Parque Nacional do Jaú, com elas, forma um enorme bloco de florestas protegidas. A paisagem natural de Amanã

[...] apresenta um imenso mosaico de ambientes muito representativos das mais importantes paisagens amazônicas. Existe uma imensa extensão de terra-firme de ambos os lados do lago Amanã, cada qual com distintos

aspectos geomoforológicos e perfis de relevo. Há uma porção menor de várzea a sudoeste e ao sul do lago, e outra porção menor de igapós em suas margens. [...] Importantes representantes da flora e da fauna das matas alagadas e não-alagadas da Amazônia podem ser encontradas em Amanã, alguns deles oficialmente listados como ameaçados ou vulneráveis, vivendo ainda em alto grau de conservação. As populações de pirarucus, jacarés, botos, peixes-boi, ariranhas, onças, queixadas, gaviões-reais e muito outros vertebrados são proverbiais, e sua abundância ainda é relativamente alta quando comparada a outras porções do território naquela parte da Amazônia. Grandes estoques de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros são encontrados no interior da reserva (QUEIROZ, 2005, p. 248).

Conforme o último censo demográfico realizado na RDSA, a população de moradores e de usuários é de 3.653 pessoas, distribuídos em 612 domicílios e 84 localidades. Esta população humana está mais concentrada em torno do lago Amanã, que é um dos maiores da região amazônica, com cerca de 45 quilômetros de comprimento, e dois a três quilômetros de largura, e em ambos os lados do lago existe uma imensa extensão de terra-firme (QUEIROZ, 2005). “O Lago Amanã desempenha um papel importante no processo de ocupação humana da área da RDSA, por ser via de acesso a outros cursos de água através dos quais é possível fazer a comunicação com o Rio Negro e o Rio Japurá” (ALENCAR, 2007, p. 6).

Figura 1: Mapa da área de estudo
Fonte: IDSM, 2012



O trabalho de campo compreendeu a estada na morada de grupos domésticos residentes da comunidade Boa Esperança, situada à cabeceira do lago, e o uso de entrevistas gravadas, com os moradores da área. Observar o contexto em que o grupo social está inserido foi essencial para definir a estratégia metodológica e constatar que o sentido de estar em casa está relacionado com mais intensidade às relações sociais estabelecidas em torno da casa, e que, de certa forma, convergem para as implicações que a vida em comunidade e as atividades produtivas requerem.

Apesar de ser comum a utilização de uma perspectiva funcional da construção, o foco concentrou-se no real significado do espaço para aqueles que ali residem. Tuan (1983) aponta que uma pessoa adulta pode sentir segurança por meio de objetos, localidades ou ideias. Mas o autor ressalta que a existência de outros seres humanos prevalece, como sendo o centro de valor e a fonte de significado para esse sentimento. Portanto, na medida em que a influência do componente humano prevalece, para que o espaço arquitetônico seja considerado uma casa de moradia, este passa a incorporar mais as marcas dessas relações sociais, do que as marcas de arranjo e ambiência. Não são somente os objetos que remetem ao sentimento de estar em casa, mas algo que os precede.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cenário de Amanã

Os elementos que hoje representam o cenário de Amanã são fruto de uma história de ocupação humana vinculada aos tipos de produção econômica que predominaram na região. Tomando, como ponto de partida, a história da formação das localidades, Alencar (2007) discute esses elementos, a partir de relatos orais de antigos moradores e, desta forma, abrange um período de cem anos (1900 a 2005), ou de pelo menos duas gerações ascendentes. O início da ocupação, período ao qual a autora se refere, ocorre no contexto da indústria da borracha e *“reflete uma característica do processo mais amplo de ocupação humana da Amazônia promovida por uma economia extrativista predatória centrada na exploração de recursos naturais”* (ALENCAR, 2009, p. 189). A análise está centrada em dois momentos, que se distinguem entre si.

O primeiro momento, que compreende o final do século 19 e a primeira metade do século 20, foi marcado por atividades produtivas extrativistas – a extração do látex, de produtos de origem animal e a coleta da castanha. As atividades ocorreram, principalmente, nas áreas de terras firmes, onde se situavam as colocações que serviam de base de apoio para aqueles que trabalhavam na extração. A migração de indivíduos, devido às atividades e à sazonalidade do recurso, caracteriza este momento. Os principais agentes do processo migratório foram os patrões, ao divulgar as oportunidades de trabalho, viabilizar o deslocamento e garantir o abastecimento de mercadorias.

Os primeiros povoados que existiram nessa região foram formados por imigrantes de origem nordestina, mais precisamente por cearenses e paraibanos. Alguns vieram diretamente do Ceará para essa região, fugindo da seca ou de algum conflito fundiário, enquanto outros, embora também

de origem nordestina, vieram da região de seringais situados nas cabeceiras dos rios Juruá e Purus, fugindo do alcance de alguns seringalistas que exploravam exaustivamente sua força de trabalho (ALENCAR, 2009, p. 187).

Havia uma dispersão das famílias, assentadas em pequenos povoados, formados por duas ou três casas, ocupadas, geralmente, pela mesma parentela. Os elementos construtivos dessa moradia não possibilitavam deixar vestígios na área ocupada, e, em pouco tempo, a cobertura florestal a encobria. Alencar (2007, p.59) ressalta que os *“vestígios não estão na forma de construção sólida, e sim nas plantas (árvores frutíferas como mangueiras, açazeiros, cacauzeiros etc.), que foram cultivadas ou que nasceram ao acaso e denunciam hábitos alimentares dos antigos moradores”*.

A estabilidade dos povoados em Amanã veio acompanhando a falência do sistema econômico altamente extrativista. Um dos agentes que incentivou a fixação das famílias num mesmo lugar foi a ação da Igreja Católica, por meio dos Movimentos de Educação de Base (MEB).

Nos anos 60 a ação da Igreja Católica, através da Prelazia de Tefé, do Departamento MEB-Tefé e da Coordenação de Pastoral e Paróquias da Prelazia de Tefé, iniciou ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população ribeirinha. Estas ações resultaram na formação de unidades demográficas, as “comunidades”, porque estimularam as famílias que viviam dispersas e isoladas a se juntarem para formarem pequenos povoados (ALENCAR, 2007, p. 44).

Essa nova proposta implicava a agregação das famílias, marcando, assim, uma ruptura na forma de ocupação do espaço, a fim de poder buscar soluções para problemas comuns e ajuda mútua em situações de dificuldade (ALENCAR, 2007; 2010).

[...] na concepção local quando se fala em comunidades está se falando de um conjunto de pessoas que partilham um certo território, que realizam ações conjuntas e possuem uma forma de representação política representada pela figura do presidente da comunidade. A própria distribuição espacial das casas, a regulamentação das formas de acesso aos recursos existentes no território comum, a inexistência de divisões territoriais ou cercas demarcando a separação entre as casas é uma característica ressaltada na concepção local de comunidade. Mas a residência não é suficiente para inserir um indivíduo ou família numa comunidade. O que define, ressaltamos, é a participação (ALENCAR, 2007, p. 48).

A participação e o grau envolvimento do indivíduo com as implicações da nova configuração do espaço constituem o traço marcante que remete ao sentimento de pertencimento, de fazer parte desse ou daquele grupo social.

No final dos anos 90, ocorrem novas mudanças. Os indivíduos e suas respectivas famílias passam a ser residentes de uma unidade de conservação. Esse novo modelo

[...] reforçou o ideal de coletividade e introduziu um novo sentido de identidade às populações locais, as quais foram convocadas a desenvolver

atividades capazes de garantir o uso sustentado e a preservação dos recursos naturais, e a participar do processo de ordenamento do território e de definição das regras de uso desses recursos (ALENCAR, 2007, p. 116).

Se, antes, as atividades eram mais direcionadas para a extração da seringa, da sorva e a coleta da castanha, atualmente, os grupos domésticos se identificam como agricultores. A agricultura é a principal atividade econômica, direcionada para a produção e comercialização da farinha de mandioca, que também é um item essencial de consumo interno dos moradores.

A sociabilidade do cotidiano

Os locais de trabalho e de vida coincidem. Vida doméstica é combinada à vida coletiva. Isto, porque a história de vida dos moradores do Amanã está entrelaçada à história de ocupação do território - hoje ocupado pela Reserva - e, consequentemente, às atividades produtivas. É com a relação histórica com o local, e a distância para as áreas agrícolas que os moradores justificam o estabelecimento da casa na comunidade, contudo outros elementos são relevantes, conforme foi observado durante a estada nas moradas.

Os envolvidos com o extrativismo realizavam uma mobilidade sazonal, que ocorria em função das atividades.

Devido à dispersão geográfica das casas, o contato entre as famílias ocorria de forma esporádica na época da safra dos principais produtos extrativos como a castanha e a borracha, quando as pessoas se encontravam nos pontos de coleta que eram as colocações. (ALENCAR, 2010, p. 48)

Essa mobilidade permitia a troca de informações sobre oportunidades de trabalho e de moradia.

Atualmente, por residirem próximos uns dos outros, em um mesmo lugar, a troca de informações ocorre por meio de eventos e ações comportamentais de seus membros. Há uma sociabilidade, compartilhada em vários momentos do cotidiano.

O culto aos domingos é um evento semanal da comunidade Boa Esperança. Este, por meio da Igreja Católica, transmite alguns significados de conduta, valores e crenças, para aqueles que vivem em comunidade. O templo está localizado próximo ao centro comunitário e ao campo de futebol. A celebração segue um padrão ensinado pelos padres, que lá formaram catequistas. O discurso tem um enfoque local, ao misturar assuntos que a Bíblia prega com as sutilezas da vida cotidiana ribeirinha. Em uma das celebrações, o tema era o "dízimo". A mensagem que o catequista local pregou era de que o dízimo não é a esmola, nem o resto. Representa aquilo que se pode dar. É compartilhar o que se tem. O exemplo apresentado por ele foi: a piaba come pequenos peixinhos, o tucunaré come a piaba, o pirarucu come o tucunaré e, por fim, o homem come o pirarucu. Se não há o dízimo, não há a celebração. O dízimo pode ser visto como uma ação aparentemente voluntária, mas que tem por objetivo partilhar aquilo que se tem.

Contribuir para o dízimo é uma dessas ações propostas, a fim de não contrariar as propostas de coletividade ou de trabalho comunitário. Esse sentimento de hoje, de pertencer a alguma comunidade ou de pertencer a um

determinado grupo social, era, em outros tempos, reafirmado por outras ações. As festas de santos católicos são exemplos dessas ações, pois são “*capazes de articular uma ampla rede de sociabilidade, envolvendo os moradores de povoados vizinhos ou aqueles que trabalhavam nas colocações*” (ALENCAR, 2007, p. 27).

Os moradores da comunidade Boa Esperança festejam Nossa Senhora de Fátima, todos os meses de maio. É o maior evento da comunidade, assim considerado pelos próprios moradores. Além de ter como finalidade reforçar a filiação religiosa, o festejo aciona vários atores para outros fins.

As redes de cooperação e demais relações ativadas durante os preparativos para o festejo comunitário, explicam por que o mesmo foi considerado como um investimento comunitário. Ele constitui o ponto alto da organização da comunidade, contribuindo para sua coesão interna, diferenciando socialmente esse dia dos demais dias do ano, alterando o cotidiano de trabalho (SOARES, 2006, p. 119).

Esse cotidiano diferenciado, no período do festejo e um pouco antes de sua realização, é marcado por várias ações oportunas, como, por exemplo, o “*aumento da produção de farinha de mandioca a ser vendida com o objetivo de comprar uma roupa nova ou até mesmo uma chuteira nova para participar do torneio de futebol*” (SOARES, 2006, p. 116). São ações comportamentais compartilhadas pelos membros do grupo doméstico.

Há uma previsibilidade de eventos e de ações. Todos os membros passam a ter conhecimento de tudo que ocorre e reforçam a codependência entre eles. A sociabilidade e a previsibilidade percebidas em campo podem ser vistas pelo conceito do interconhecimento, apontado por Mendras (1978). “*Cada um sabe como deve conduzir-se e sabe também que os outros esperam dele um tal comportamento em tal situação*” (MENDRAS, 1978, p. 90). Os papéis que desempenham respondem às expectativas dos outros e são estruturantes da vida em comunidade. Mesmo que esta “comunidade” seja uma criação histórica, os grupos domésticos, em sua totalidade, proporcionam a seus membros tudo que eles necessitam.

Alencar (2007), ao apontar que as redes de sociabilidade e de parentesco são cruciais, na experiência da ocupação humana da região, uma vez que o pertencimento está relacionado ao grupo de parentesco que formou a comunidade - geralmente o fundador do lugar -, levou-nos a refletir acerca da importância da localização da casa como estratégia desse pertencimento.

A construção

Construir é uma atividade complexa. Tuan (1983) aponta que locais, materiais e forma são questões não preocupantes, uma vez que esses grupos se baseiam no hábito arraigado, repassado de geração a geração. É um ato socializado. Um saber que se adquire pela prática e na convivência com outros membros do grupo.

A casa descrita pelo padre Tastevin (1915), no final século 19, início do século 20, da região do Médio Solimões, assemelhava-se a um abrigo improvisado - *tapiri* -, erguido sobre quatro estacas, com cobertura de folhas de palmeira. Tastevin declara:

Basta abrigar seus instrumentos de pesca e sua espingarda, sua pequena bateria de cozinha e sua louça, composta por panela, dois pratos e um ou dois copos, e um jogo de talheres, tudo colocado aleatoriamente na panela de barro ou em uma caixa. À noite, eles esticam a rede entre duas vigas do tapiri, em cima de um tapete de palha, ou de um elevado de tronco de palmeira. Eles não precisam de mais nada (LIMA et al., 2006, p. 256).

Se as pessoas eram casadas, bastava alongar as dimensões externas da casa, acrescentar peças estruturais e dispor, no seu interior, uma série de objetos considerados indispensáveis – mais potes, panelas de alumínio, redes, mosquiteiros etc. A casa ideal desse morador compreendia quarto, celeiro, varanda, cozinha e uma parte aberta, chamada de terreiro. À primeira vista, podia parecer muito desprovida, mas, conforme Tastevin sustenta: “*após um minucioso exame, não falta nada do que é necessário*” (LIMA et al., 2006).

De acordo com lembranças dos antigos moradores, suas primeiras casas no Amanã eram cobertas de palha (que podiam ser de ubim branco ou ubim-açu), paredes e assoalho de paxiúba. A divisão interna era de apenas dois cômodos, sendo um, para dormir toda a família, e outro, que servia de sala e cozinha, para ficar durante o dia.

Atualmente, a construção das casas do Amanã envolve a participação ativa de vários atores sociais. As relações sociais que permeiam o cotidiano dos moradores da comunidade são essenciais para realizar a construção. A sociabilidade é um dos elementos fundamentais da vida comunitária, direcionando as ações dentro e fora da casa.

Aquele que deseja construir – o residente – sabe que o primeiro passo é identificar, na mata, as árvores que serão serradas e as espécies madeireiras para cada elemento construtivo. Após a seleção, ele paga o serrador, para ir retirar a madeira. Geralmente, este pagamento ocorre do dinheiro proveniente dos benefícios sociais do governo, como o Cartão Cidadão e o Bolsa Família. Com a venda da farinha de mandioca, o residente adquire os itens industrializados: as telhas de alumínio, os pregos e o combustível necessário para a utilização da motosserra. De posse desses itens, ele contrata o carpinteiro local, para dar início à construção.

A substituição da cobertura confeccionada de palha por telhas de alumínio pode ser analisada por alguns fatores. Os moradores atuais relatam que o acesso ao recurso tradicional e o manuseio em tecê-lo demandam tempo e uma habilidade que só os mais velhos detêm. A telha de alumínio é mais durável, e sua aquisição tem sido possibilitada por meio de benefícios sociais da prefeitura, ou por presente de candidatos a vereador. Seu emprego oferece visibilidade, ao representar e materializar o esforço despendido, das atividades econômicas atuais.

Como não há um desenho sobre como será a casa, e a organização do espaço interior, é o carpinteiro quem vai comandando a obra e colocando ali seu gosto pessoal, seu conhecimento. Todas as etapas da construção são lideradas por ele. O residente somente informa o número de cômodos e alguns detalhes decorativos que a esposa prioriza. É o carpinteiro quem molda e deixa sua marca na casa.

O modelo visual da casa é seguido por quase todos os moradores, com pequenas diferenciações, relacionadas mais à estética do que à divisão interna. A

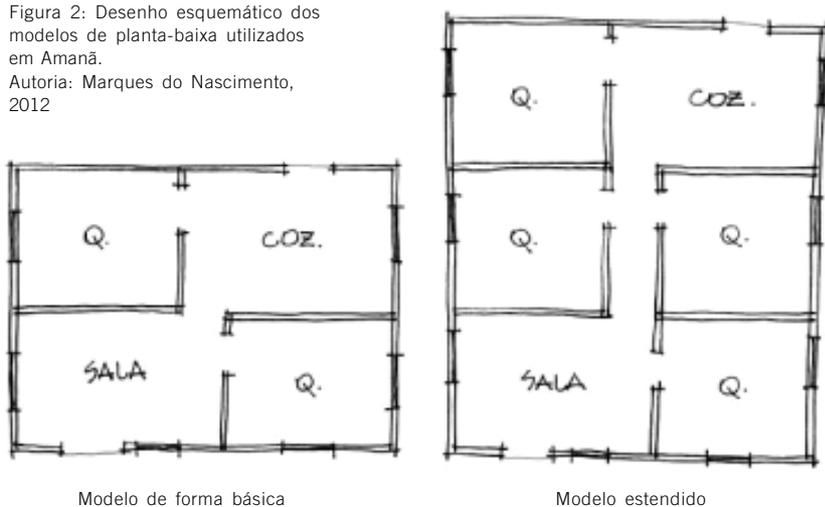
casa, geralmente, é retangular. Janelas pequenas, na forma de quase quadrados perfeitos, dispostas simetricamente. Telhados não muito inclinados, sendo a cobertura feita de alumínio. As cores das paredes podem ser brancas, os detalhes dos alisares das portas e janelas, de cores vivas - azuis ou verdes -, e os assoalhos, pintados na cor avermelhada. O assoalho suspenso está a uma altura de mais ou menos um metro do chão, ao estilo palafita. Segundo os depoimentos dos residentes, nas grandes alagações, as casas situadas às margens do lago têm seus barrotes submersos na água, mesmo se localizadas em área de terra-firme. Esse recurso evita umidade nas madeiras e o acesso de bichos de criação, como galinhas, porcos e cachorros, ao interior da casa. As frestas entre uma tábuia de assoalho e outra permitem que a dona da casa varra, com mais facilidade, a sujeira para baixo da casa. O tradicional passeio na fachada pode variar de tamanho e ainda receber cobertura, a fim de se tornar um lugar para reunir os amigos no fim de tarde, conversar, ou simplesmente estender roupas em dias chuvosos. O que importa, atualmente, para os moradores do Amanã, é ter uma casa completa, o que, segundo os depoimentos, significa ter sala, cozinha, um quarto para o casal e outro para os filhos e, se possível, uma área “molhada”, utilizada para banhos e lavagens em geral.

O interior

Há um modelo pré-estabelecido, compartilhado entre os membros do grupo. As decisões referentes à disposição e configuração dos cômodos não são objeto de elaboração mental e prévia representação simbólica.

O projeto se torna necessário quando a solução do problema arquitetônico é realmente uma incógnita, ou quando exige uma forma inovadora. Quando a tradição fornece um modelo reconhecidamente satisfatório, e quando a cultura não valoriza a novidade em si mesma, o projeto é dispensável (SILVA, 1994, p. 133).

Figura 2: Desenho esquemático dos modelos de planta-baixa utilizados em Amanã.
 Autoria: Marques do Nascimento, 2012



O *tapiri* ou abrigo improvisado consistia em apenas dois cômodos. A solução mais simples, empregada atualmente, chamo aqui de forma básica, é de quatro cômodos interligados por passagem no meio. Um quarto de frente para a e outro, para a cozinha. o morador queira mais cômodos, basta replicar a básica, a partir de um corredor na parte central (Figura 2).

O lugar das coisas, que significa como os objetos são arrumados e guardados, é uma função de padrões microculturais representativos, que tornam cada indivíduo um ser único. De acordo com a disposição dos objetos pela casa, eles podem agir, em termos sociais, como aglutinadores ou desagregadores. Ou seja, algumas disposições tendem a afastar as pessoas, outras a aproximar e facilitar a comunicação. Porém “*o que é desagregador numa cultura pode ser aglutinador em outra*” (HALL, 2005, p. 138). Toda esta análise, aparentemente visual, só ganha sentido, quando conhecemos quem são as pessoas que ali residem e por que dispõem os objetos num lugar e não em outro, uma vez que é a cultura que fornece estrutura e significado à interpretação (HALL, 2005).

Nos últimos anos, os cômodos vêm aumentando em tamanho e quantidade. A sala é o primeiro com que nos deparamos, ao adentrar na casa. É o ponto de encontro. Ela recebe e informa, àquele que chega, os novos bens que a família adquiriu. Os melhores enfeites, assim considerados pelos residentes da casa, estão dispostos na sala. Na parede de frente para a porta de entrada, há uma estante para o televisor e outros pertences da família, que podem ser porta-retratos, livros da escola, brinquedos e miudezas. O televisor chama a atenção, devido a sua posição de destaque. Ele é utilizado tanto por aqueles que ali residem, quanto pelos vizinhos. É comum eles se reunirem para ver a programação.

Um detalhe muito usado para decorar as paredes são grandes cortinas coloridas, apesar de as janelas serem bem pequenas. Quase não existem sofás, nem poltronas. Senta-se no chão. Porém, quando há um visitante, os moradores oferecem uma cadeira de plástico, ou um banco de madeira, para que se sente (Ver figura 3).

Quanto aos quartos, há um para o casal, e outro para os filhos maiores. Os filhos ainda pequenos, geralmente, dormem no quarto dos pais, até a idade de seis anos.

A cozinha é a parte da casa que mais apresenta objetos utilitários: travessas, panelas e tampas, normalmente penduradas na parede. Nos ripões, que fixam as tábuas da parede, são apoiados lata de óleo, pilhas, sal e outros elementos que o

Figura 3: Fotografia de uma sala de estar
Autoria: Marques do Nascimento, 2009



dono da casa possa precisar em algum momento. O fogão a gás é um patrimônio muito desejado, e considerado imprescindível, assim como o freezer. Os itens alimentares (arroz, açúcar, sal, leite, bolacha e outros) podem estar armazenados na própria cozinha, dentro de algum armário, no quarto do casal, ou sob algumas tábuas dispostas em cima das paredes, que funcionam como um sótão.

Alguns objetos e cenas chamaram minha atenção, por serem constantes nas casas visitadas. Destaco a vassoura de cipó títica na porta da cozinha; a lata que armazena a farinha a ser consumida pela família (a lata condiciona a farinha de mandioca melhor que a saca, mantendo-a seca e torrada por mais tempo); o balde de água na entrada da casa; a caldeirada de peixe no fogão; os vários baldes, para armazenar água da chuva ou do rio, e as travessas e panelas penduradas na parede da cozinha. Essas são imagens que marcam o cenário da vida cotidiana ribeirinha.

A casa no espaço comunitário

A fim de investigar de forma mais aprofundada o arranjo espacial das casas na comunidade, foi escolhida a unidade de análise, que é o grupo doméstico que coabita uma determinada casa de moradia. O trabalho de Fortes intitulado “O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico” ressalta as escolhas que ignoram a dimensão do desenvolvimento do grupo doméstico, pois “*os padrões de residência são, num dado momento, a cristalização do processo de desenvolvimento*” (FORTES, 1958). Para o autor, “*o grupo doméstico é essencialmente uma unidade que possui e mantém a casa e está organizado para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros*”.

A localização da casa parece, à primeira vista, ser aleatória, contudo a pesquisa revelou que não é. Dona Marlene e seu Flávio são nomes fictícios do sistema. Como operadores do sistema, podemos compreender o arranjo espacial das casas. Na casa 1 (ver Figura 4), reside dona Marlene, seu segundo marido, Flávio, e os dois filhos dessa união. Tanto os pais de dona Marlene quanto os de Flávio são alguns dos primeiros que vieram trabalhar na área do lago Amanã,

Figura 4 – Desenho esquemático da disposição espacial das casas
A autoria: Marques do Nascimento, 201

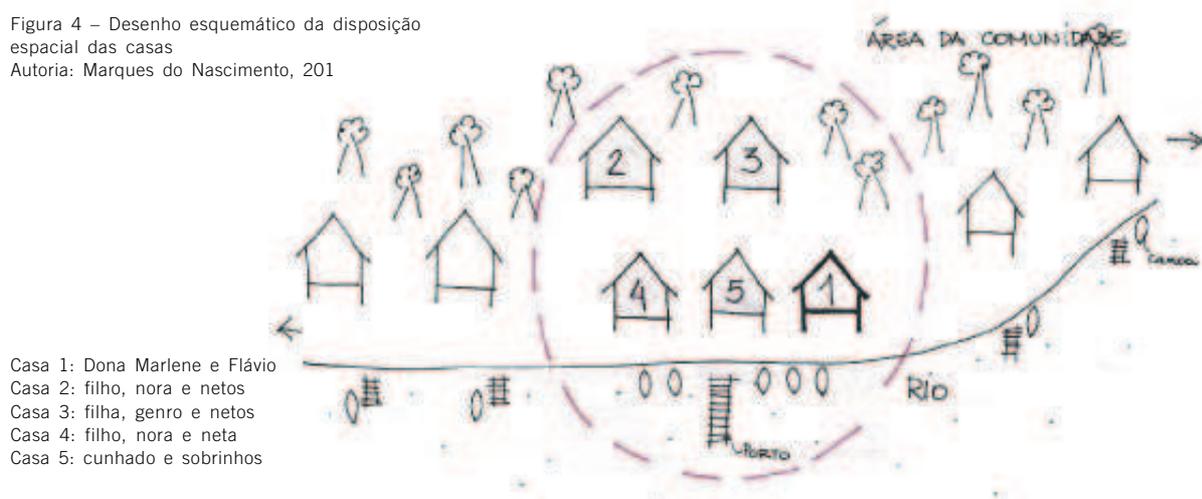


Figura 5: Fotografia aérea da localização da casa de dona Marlene
Fonte: IDSM, 2012;
Crédito: João Paulo Borges Pedro



para a atividade extrativista. Portanto o direito que ambos têm de residir na comunidade e ter área para desenvolver as atividades é resultado da ocupação por seus antecessores e do esforço contínuo desta.

As casas que estão mais próximas da casa de dona Marlene são as que pertencem ao círculo de vizinhança com que ela tem mais afinidade: os parentes próximos (como os filhos do primeiro casamento), noras e netos.

Seus filhos, ao casar, residiam com ela. A primeira fase de vida do casal é dedicada em um grupo doméstico, geralmente na casa dos pais de um dos cônjuges. Esta dependência determina que a residência seja, num primeiro estágio, necessariamente ambilocal (filhos que, após o casamento, residem com ou próximos dos pais). Após terem o primeiro filho e alcançarem os meios necessários para sua independência, eles se transferem para uma nova casa, geralmente próxima aos pais de um dos cônjuges. É a fase de expansão, conforme Fortes (1958) aponta. A autonomia dessa fase *“consiste essencialmente na posse de seu próprio trabalho, que antes compunha a força de trabalho do grupo doméstico parental, e na sua primeira produção agrícola independente – a sua primeira roça”* (LIMA, 2006, p. 146).

As casas que estão localizadas fora do círculo parental são constituídas pelos “compadres” de dona Marlene, ou seja, antigos moradores que, assim como ela, chegaram à área do lago Amanã acompanhados de seus pais, para trabalhar nas atividades extrativistas.

Atentar para o fator “parental” de um lado, e o “compadrio” de outro foi essencial para *“entender como se constroem para além dos muros da casa e da cerca do quintal conjuntos de pessoas que se pensam na linguagem do parentesco”* (ALMEIDA, 1986, p. 16). E, ao fazer um círculo ao redor das casas, ressalto que há uma troca interna e outra externa, condicionadas pela linguagem do parentesco.

O laço genealógico é uma das fontes de integração social, entre residentes e não-residentes de uma determinada casa de moradia. Há uma assimilação entre lugar de residência e descendência e aliança, sendo que cada indivíduo é

herdeiro de uma identidade territorial. Essa identidade está relacionada à própria história de ocupação do local pelos antigos moradores, e à necessidade de que se forme, entre as casas, uma rede de ajuda mútua, necessária para a reprodução do grupo doméstico. Em suma, a disposição das casas na comunidade reflete a codependência entre os grupos. A vizinhança parental possibilita a reciprocidade, necessária à reprodução do grupo, entre diferentes membros, de acordo com a fase em que se encontram no ciclo de vida. Por outro lado, ter uma vizinhança constituída por compadres faz “*parte do código de conduta do que seja uma boa vizinhança*” (LIMA, 2006, p. 148).

As estratégias

As ações locais “vizinhar” e “agasalhar” são os meios pelos quais os residentes e não-residentes asseguram a reprodução e reforçam as relações de sociabilidade almejadas. Tanto o vizinhar quanto o agasalhar tratam de questões relacionadas a grupos extradomésticos.

Lima (2006) aponta o vizinhar como sendo a ação que possui o sentido de trocar coisas entre as casas. Os itens alimentares constituem o principal objeto do verbo vizinhar entre os moradores.

As doações de peixes e caças, as ajudas no trabalho ou trocas de dias, o trabalho de parteiras, e as curas de rezadores, são trocas orientadas pelo princípio da reciprocidade e expressam o modelo ideal de relações sociais horizontais. São caracterizadas por um intervalo entre as contraprestações, e estas são definidas, por um lado, pela necessidade do grupo que a recebe e, por outro, pela capacidade que o grupo que faz a doação tem para supri-la. As trocas não são contabilizadas, nem necessariamente equivalentes. Seus volumes não são definidos por critérios de mercado, e sim pelas regras de reciprocidade do grupo. Fazem parte do código de conduta do que seja uma “boa vizinhança” (LIMA, 2006, p. 148).

Soares (2006) sugere que existe uma expectativa de ser vizinhado, e que esta é capaz de levar cada grupo a cumprir seus compromissos, implicando numa previsibilidade muito grande de comportamentos.

Eu costumo vizinhar com meu irmão Walmir, com o Francisco, que é meu filho, o Assis, [filho], aí, sempre eu mando pra ela [comadre Amazonina], ou eu mando chamar, pra ela comer lá em casa. Mando pro meu irmão mais longe, Manoel, pra Waldisa, às vezes pra 11,12 pessoas eu mando... Quando é pirarucu, divido uma fatia para cada! Porque é assim, hoje o marido da gente tá pra roça, e o vizinho aqui foi pescar, aí ele chega e manda um pedaço pra gente. Quando aquele, naquele dia, vai trabalhar, a gente vai pescar e manda pro vizinho. Por isso que o vizinho é bom, porque um dia ele dá pra gente, e no outro a gente dá pra ele. É uma coisa assim, quase que emprestado. Agora não é muitos que é assim, não... A gente manda, porque é o dever da gente... Eu aprendi com o meu pai e a minha mãe, que desde que eu vi meu pai morando perto de vizinho assim, que ele mandava levar as coisas. No Juruá não tinha comunidade, mas tinha uns três vizinhos assim, aí a gente vizinhava às vezes. (Agricultora, 53 anos. Entrevista em maio/2005 apud SOARES 2006, p. 124).

Agasalhar é receber, e engloba aqueles que não residem próximo à casa, pessoas que são de outras localidades. Os moradores, quando indagados sobre por que fazer uma casa maior, respondiam que era para agasalhar melhor seus convidados.

Melhorou mais para mim porque pelo menos [...] a casa é mais grande, quando vem filho da gente com família [...] aí eu tenho onde agasalhar. Porque casa pequena é ruim porque não tem nem onde agasalhar as crianças de noite (depoimento de dona Marlene, comunidade Boa Esperança, 2009)

A gente recebe sempre gente em casa porque gosta, sente necessidade. Eu gosto de estar conversando com as pessoas [...] porque além de eu gostar, a nossa casa, é tipo assim, como coração de mãe, sempre pega mais um (depoimento de um morador da comunidade Juazinho, 2009)

Muitas vezes eu gosto de receber amigos, o pai dela vem às vezes aqui em casa e uma casinha dessa aqui não tem como ele passar muitos dias, aí eu vou fazer uma casa pra nós que tenha um espaço maior, que tenha mais cômodo, que é pra poder eu chamar ele pra vim passar uns dias aqui, e quem sabe até morar aqui (depoimento de Juliano, comunidade Boa Esperança, 2011)

Uma casa maior possibilita abrigar mais pessoas que não fazem parte do seu grupo doméstico, em tempo de festejos, datas especiais, ou em momentos de ajuda. Significa reforçar os laços sociais necessários à reprodução social do grupo doméstico, colocando em prática a ideia da reciprocidade.

CONCLUSÃO

Retornando, então, ao fio condutor da pesquisa, que é a busca pelos elementos e as condições para que um espaço arquitetônico adquira o *status* de lar, a questão é que os objetos não têm sempre o mesmo significado, do ponto de vista arquitetônico. A ideia de organizar espacialmente a casa e suas divisões internas não faz parte da concepção de um projeto arquitetônico ribeirinho. Contudo eles adquirem outros sentidos de organização espacial.

A casa em que os grupos residem é um lugar de história. Seu entorno forma uma rede de histórias que se conectam. História de vida é, antes de tudo, história de relações. A história de vida dos moradores de Boa Esperança está entrelaçada ao histórico de ocupação da região, ao parentesco, às atividades produtivas, ao viver em comunidade e à dinâmica ambiental. São histórias de pertencimento a um determinado contexto socioambiental, que estimulam relações sociais específicas – fundamentais para compreendermos como é e o que significa essa casa.

A progressiva melhoria das condições de trabalho em Amanã e a estabilidade das famílias em comunidades resultaram na produção de novas habitações, que também estavam relacionadas a uma maior acessibilidade a objetos. A presença dos objetos é indissociável das condições de habitação e do estatuto de ocupação dessas famílias. Se antes havia uma exiguidade do espaço, que assumia um caráter provisório de ocupação da área do Amanã (como os

tapiris), por uma mobilidade decorrente das atividades, atualmente esse espaço marca uma estabilidade e um pertencimento.

O estabelecimento de um novo grupo doméstico economicamente independente ganha visibilidade, quando esse grupo constrói sua primeira casa, mesmo que essa seja próxima à casa dos pais de um dos cônjuges, uma vez que sua independência não é imediata e implica um processo gradual de separação de seus pais. E ter casa, na comunidade, implica o direito de uso dos recursos naturais da comunidade: acesso aos lagos de pesca e às áreas florestais, para a caça e extração de produtos florestais madeireiros³ e não-madeireiros.

O processo construtivo é resultante de um engajamento com o ambiente e de práticas que tendem à reprodução social. Uma rede de relacionamentos sociais é ativada para tal construção. Vejo a ação que o carpinteiro realiza como a de um *bricoleur*.

O bricoleur está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os “meios-limites”, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento, nem com nenhum projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. O conjunto de meios do bricoleur não é, portanto, definível por um projeto (o que suporia, aliás, como com o engenheiro, a existência tanto de conjuntos instrumentais quanto de tipos de projeto, pelo menos em teoria), ele se define apenas por sua instrumentalidade (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 33).

Enquanto, como arquiteta, estava presa à ideia de conceber um projeto arquitetônico, a um conceito – arranjo e ambiência –, o carpinteiro opera sua ideia por meio de signos. E esses signos, que ele tem em sua mente, são mensagens de alguma forma pré-transmitidas e que ele coleciona, por vivenciá-las cotidianamente: são as marcas de pertencimento, como, por exemplo, a vassoura de cipó títica, o balde de água na frente da casa, as painéis areadas penduradas na parede da cozinha etc. Lévi-Strauss aponta que o signo é um ser concreto, mas assemelha-se ao conceito, por seu poder referencial: um e outro não se referem exclusivamente a si mesmos (LEVI-STRAUSS, 1989).

Assim como o *bricoleur*, o carpinteiro conserva a célula inicial em sua mente (no caso, o modelo do *tapiri*, dos tempos da extração da borracha), funcionando como estratégia que resguarda a relação com os não-residentes. Os elementos da ambiência (madeira e folhas de alumínio para cobertura) dão suporte ao arranjo. São eles que possibilitam a mobilidade e a estabilidade requeridas pelo contexto socioambiental.

O sentido social do arranjo é possibilitar a interação entre os residentes e não-residentes da casa. O arranjo é uma expressão da estrutura da tradição, e seu interior evidencia as relações de hierarquia e o poder que cabe ao casal do grupo doméstico. O quarto do casal está posicionado aos fundos, geralmente de frente para a cozinha. Ele não está posicionado logo na frente da casa, ao lado da sala.

³ O direito à exploração de madeiras para benfeitorias, como a construção de casas nas comunidades em áreas de Unidades de Conservação, é um direito apoiado por Lei Federal IN nº 4 (08/09/09).

Cozinha e quarto do casal marcam um território de autoridade. Os demais cômodos estão posicionados na frente, destinados aos filhos e aos visitantes.

A disposição espacial das casas, no espaço comunitário de Amanã, é uma estratégia de sociabilidade e de reprodução social, condicionada às relações de parentesco. E o interconhecimento, como forma de organização da sociabilidade, é elemento estruturante do arranjo espacial. Mendras (1978) aponta que há uma importância e relação entre implantação local e vínculo com a localidade. Essa relação proporciona que todos os membros possam ter conhecimento de tudo o que ocorre, e uma codependência. Quando o autor emprega a expressão “*Aqui todo mundo se conhece*” ressalta que o “[...] ‘aqui’ designa um habitat, isto é, ao mesmo tempo um território, definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade” (MENDRAS, 1978, p. 87). O território construído em que hoje os moradores da Boa Esperança residem está relacionado aos laços de parentesco e compadrio formados. Assim como em Mamirauá, os moradores de Amanã também empregam a expressão “*Aqui todo mundo é parente*” para assinalar a relação de parentesco que os une, no território construído.

A pesquisa concluiu que o que torna uma casa de moradia um lar, para aqueles que nela residem, é estar inserida nesse lugar: o lago Amanã. “*Minha casa é aqui dentro*” (depoimento de um dos moradores) resume o sentimento de pertencimento à região, que é o elemento que possibilita que esse espaço arquitetônico adquira o *status* de lar.

Atentar para o contexto em que o grupo social está inserido foi essencial para compreender essa casa e seu real significado para aqueles que a vivenciam. Não habitamos algo porque simplesmente ocupamos um espaço. O foco deve recair no real significado do espaço, para aqueles que o ocupam. E, na medida em que a influência do componente humano prevalece como sendo o centro de valor e a fonte de significado para que o espaço arquitetônico adquira o *status* de lar, este passa a incorporar mais as marcas das relações sociais, do que as marcas de arranjo e ambiência. Mas essa casa só nos foi revelada, quando tivemos conhecimento dos elementos estruturantes da vida social em Amanã. Esses elementos permitiram verificar que a forma arquitetônica satisfaz o propósito existencial, ou seja, a finalidade intencional da produção do artefato arquitetônico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. *Estudos da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA*. Tefé (AM): IDSM, 2007. 118 f. Relatório interno não publicado.

—. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. *Amazônica*, v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009.

—. Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. *Uakari*, v. 6, n. 1, p. 39-58, jun. 2010.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrir a família rural. *Revista Brasileira das Ciências Sociais – RBCS*, n. 1, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm> Acesso em: 27 jan. 2012.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 248 p.

- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Tradução de Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2006. 230 p.
- FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010.
- FORTES, Meyer. *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília: Universidade de Brasília, 1958. 9 p.
- HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Tradução de Walcléa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 258 p.
- LIMA, Deborah et al. *Artesanato e identidade cultural no médio Solimões*: a promoção de técnicas e conhecimentos tradicionais em comunidades ribeirinhas das reservas Mamirauá e Amanã. Tefé (AM). Belo Horizonte: IDSM; IPHAN, 2006. 266 p.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; WALTER, Neves (Ed). *Sociedades caboclas amazônicas*: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. p. 145-172.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tania Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989. 320 p.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265 p.
- QUEIROZ, H. A criação da Reserva Amanã: um importante estágio para a consolidação do embrião do corredor central da Amazônia. In: AYRES, José Márcio et al. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005. p. 246-249.
- SILVA, Elvan. *Matéria, idéia e forma*: uma definição de Arquitetura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. 191 p.
- SOARES, Soraia Melissa Failache. *Em Boa Esperança*: momentos da organização social de uma comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – AM, 2006, 152f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas)-Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, 2006.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFE, 1983. 250 p.
- WAGNER, Helmut (Org.). *Fenomenologia e relações sociais*. (Textos escolhidos de Alfred Shutz). Tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

Nota do Editor

Data de submissão: Setembro 2012

Aprovação: Fevereiro 2013

Thatyana de Souza Marques do Nascimento

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói - RJ; mestre em Ciência Ambiental também pela UFF; doutoranda da pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas, Manaus - AM; pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Estrada do Bexiga, 2.584, Bairro Fonte Boa

Cx. Postal 38 69470-000 – Tefé - AM

(097) 3343-9700

thasmar@hotmail.com